

AMAPARI ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.815.601/0001-64

17. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos. A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. **Instrumentos não-derivativos.** O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros não derivativos contratados assim como os respectivos valores justos calculados pela Companhia. Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado se aproximam dos valores de mercado.

	31/12/2012			31/12/2011		
	Valor justo	Custo amortizado	Total	Valor justo	Custo amortizado	Total
Instrumentos financeiros						
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	10.514	-	10.514	31.322	-	31.322
Contas a receber de clientes	-	9.109	9.109	-	10.641	10.641
Subsídio a receber CCC	-	42.178	42.178	-	29.445	29.445
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	-	-	-	-
Passivos						
Fornecedores	-	36.153	36.153	-	41.759	41.759
Partes relacionadas	-	56	56	-	33	33
Antecipação de subsídios a receber - CCC	-	-	-	-	8.351	8.351

A Companhia não opera com derivativos em 31 de dezembro de 2012 e 2011. a) **Caixa e equivalentes de caixa.** Os saldos em conta-corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, o valor de mercado foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos em 31 de dezembro de 2012 e 2011. As aplicações financeiras são mantidas em fundo exclusivo administrado por instituição financeira cuja carteira é composta principalmente por Cédulas de Créditos Bancários - CDBs e operações compromissadas emitidas por empresas e instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano sobre o DI CETIP ("CDI") de 101,3% (marcação a mercado) e 101,8% (taxa nominal na curva). As debêntures representam operações compromissadas, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, com garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras. Estes saldos estão classificados como valor justo através do resultado, conforme CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração, aprovado pela Deliberação CVM nº 604/09. b) **Contas a receber de clientes e subsídio a receber - CCC.** Estes saldos estão classificados como empréstimos e recebíveis e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, conforme CPC38. c) **Fornecedores e antecipação de CCC.** Estes saldos estão classificados como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, conforme CPC38. d) **Transações com partes relacionadas.** Estes saldos estão classificados como ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, conforme CPC38. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não possui operação com derivativos. **Gerenciamento de riscos.** As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: **Risco de crédito.** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como acompanhamento permanente das posições em aberto. **Quadro de risco de crédito**

	31/12/2012	31/12/2011
Posições representativas do risco de crédito		
Caixa e equivalentes de caixa	10.514	31.322
Contas a receber de clientes	9.109	10.641
Subsídio a receber - CCC	42.178	29.445

A Companhia adota ainda como prática a análise de *rating* das instituições financeiras participantes do sistema bancário brasileiro, por intermédio de relatórios de crédito disponibilizados pelo "Sistema de Classificação de Risco Bancário" - *Risk Bank*, que tem por objetivo classificar e acompanhar sistema-

ticamente o risco e o desempenho de cada banco. Visando gerenciar o risco em níveis adequados, a Companhia adota uma política corporativa de alocação criteriosa de seu caixa em instituições financeiras de primeira linha, respeitando-se limites percentuais de aplicação por instituição e limites percentuais em relação ao patrimônio líquido destas instituições, adotando inclusive uma postura mais defensiva do que aquela sugerida pelo *Risk Bank*. **Quadro de classificação de risco "Índice Riskbank"**

Banco	Classif. risco	Índice Riskbank®		
		Dez/12	Dez/11	Dez/11
Itaú Unibanco	Baixo risco para longo prazo	11,25	11,92	
Bradesco	Baixo risco para longo prazo	11,23	11,61	

(1) O **RISKbank®** - Sistema de Classificação de Risco Bancário - é um produto que tem como objetivo classificar e acompanhar sistematicamente o risco e a performance das instituições financeiras no Brasil, tornando-se uma ferramenta eficiente para identificar possíveis problemas nas áreas mais sensíveis dos bancos. O **RISKbank®** desenvolveu há mais de dez anos uma metodologia avançada de mensuração de risco bancário, que envolve tanto a tradicional análise quantitativa como a qualitativa (texto de natureza pública apresentado no site da ferramenta: <http://www.riskbank.com.br>). (2) Dados apresentados com defasagem de três meses. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar sua reputação e a do grupo. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2012, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros, sendo o montante de caixa disponível suficiente para cobrir essas obrigações, se apresentam conforme quadro abaixo:

	31/12/2012					
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos						
Fornecedores	36.153	-	-	-	-	36.153
Partes relacionadas	56	-	-	-	-	56

	31/12/2011					
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos						
Fornecedores	41.759	-	-	-	-	41.759
Partes relacionadas	33	-	-	-	-	33
Antecipação de subsídios a receber - CCC	8.351	-	-	-	-	8.351

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro). Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Companhia não identificou riscos de mercado relevantes pela Administração que sejam passíveis de divulgação de análise de sensibilidade nos termos da Instrução CVM 475/08. **Valor justo hierárquico.** Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, sendo que a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativos ou passivos financeiros. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo: ► Nível 1. Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo. ► Nível 2. Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado. ► Nível 3. Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

	31/12/2012			31/12/2011		
	Valor justo	Nível	Total	Valor justo	Nível	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	10.514	1	10.514	31.322	1	31.322

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 3 durante o exercício em análise e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo exercício.

18. Receita operacional. A conciliação entre a receita bruta para fins fiscais e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício é como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Receita bruta fiscal	42.751	42.303
Menos		
Impostos sobre vendas	(4.344)	(4.379)
Total da receita contábil	38.407	37.924

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **Amapari Energia S.A.** Brasília - DF Examinamos as demonstrações financeiras da Amapari Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras.** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar

19. Custos e despesas por natureza

	31/12/2012	31/12/2011
Custos da operação		
Despesas com pessoal	(3.782)	(1.890)
Serviços de terceiros	(4.215)	(2.370)
Material	(1.101)	(447)
Insumos (líquido do subsídio do CCC) (a)	(67.887)	(68.270)
Subsídios - CCC (a)	58.936	71.366
Depreciação e amortização	(5.639)	(5.319)
Outras despesas	(525)	(544)
	(24.213)	(7.474)

(a) Com o estabelecimento da Resolução 427/2011, a Companhia recebeu em 2011 valores de reembolso de CCC com efeitos retroativos à 29 de julho de 2009, no montante total de R\$ 15.662, tendo como base a TEH descontada para o período compreendido entre 29 de julho de 2009 e março de 2011.

Despesas (receitas) operacionais

	31/12/2012	31/12/2011
Despesas com pessoal	(682)	(814)
Serviços de terceiros	(2.297)	(1.424)
Depreciação e amortização	(28)	(29)
Baixa projeto PCH Capivara	(1.248)	-
Outras receitas - alienação de bens	229	-
Outras despesas	(471)	(437)
	(4.197)	(2.704)

20. Resultado financeiro. A composição do resultado financeiro da Companhia é demonstrada como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Receitas financeiras		
Rendas de aplicações financeiras	2.235	1.609
Outros	156	73
	2.391	1.682
Despesas financeiras		
Juros	(1.112)	(3.350)
Despesas bancárias	(6)	(2)
Multas	(681)	(635)
Outros	(259)	(208)
	(2.058)	(4.195)

21. Compromissos assumidos. Os principais compromissos assumidos junto a fornecedores de bens e serviços são:

Objeto do contrato	Assinatura	Vigência	Contratado	Saldo do contrato	
				2012	2011
Serviço e sistemas	09/11/2009	05/04/2013	861	208	181
Limpeza e manutenção	06/06/2012	05/06/2013	650	395	-
			1.511	603	181

22. Cobertura de seguros. A Companhia em conjunto com as empresas do Grupo MPX, do qual faz parte, adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a cobertura de seguros é consistente com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as coberturas de seguros eram:

	31/12/2012	31/12/2011
Danos materiais	99.396	84.776
Responsabilidade civil	40.000	12.000

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marcus Brend Temke, Rudolph Ihns, Alexandre Americano Holanda e Silva
Ricardo Gonçalves Rio, Antonio Maria Amorim Barra

DIRETORIA

Gabriel Freitas Moreira da Silva - Presidente
Alexandre da Costa Prata, Diretor Financeiro
Gilberto Rodrigues, Diretor Técnico

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Sandro Gonçalves Coelho - Contador - CRC nº 103154/O-5

nossa opinião. **Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Amapari Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfases.** Conforme descrito na nota explicativa 1, as operações da Companhia são efetuadas com uma totalidade com um cliente. Essas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. Conforme mencionado na nota explicativa 6, a Companhia possui, em 31 de dezembro de 2012, registrado em seu ativo não circulante, o montante de R\$ 24.617 mil, referente à parcela do ressarcimento da Conta de Consumo de Combustível ("CCC") do período de novembro de 2008 a maio de 2009, cujo recebimento ocorrerá por meio de decisões judiciais ou junto ao seu cliente, conforme contrato de fornecimento de energia assinado entre as partes. A Companhia não tem a expectativa de incorrer em perdas oriundas desse saldo a receber. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Outros assuntos. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior.** As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, sem ressalvas, datado de 15 de março de 2012, o qual inclui ênfases relativas aos mesmos assuntos descritos no parágrafo de ênfase acima descrito neste relatório.

Rio de Janeiro, 07 de Março de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO

ERNST & YOUNG TERCO Auditores Independentes S.S - CRC - ZSP 015.199/O-6 - S - DF
Roberto Cesar Andrade dos Santos - Contador CRC - 1RJ 093.771/O-9 - S - DF